

cebes

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

**Cebes na luta:
transformar e radicalizar a
Democracia para assegurar
Direitos Sociais e Saúde**

Tese 2017-2019



**Cebes na luta:
transformar e radicalizar a
Democracia para assegurar
Direitos Sociais e Saúde**

Tese do CEBES 2017-2019

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES)

DIREÇÃO NACIONAL (GESTÃO 2017-2019)

NATIONAL BOARD OF DIRECTORS (YEARS 2017-2019)

Presidente:	Lucia Regina Florentino Souto
Vice-Presidente:	Heleno Rodrigues Corrêa Filho
Diretor Administrativo:	José Carvalho de Noronha
Diretora de Política Editorial:	Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato
Diretores Executivos:	Alane Andreino Ribeiro
	Ana Maria Costa
	Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues
	Cristiane Lopes Simão Lemos
	Stephan Sperling

CONSELHO FISCAL | FISCAL COUNCIL

Ana Tereza da Silva Pereira Camargo
José Ruben de Alcântara Bonfim
Luisa Regina Pessoa
Suplentes | *Substitutes*
Alcides Silva de Miranda
Maria Edna Bezerra Silva
Simone Domingues Garcia

CONSELHO CONSULTIVO | ADVISORY COUNCIL

Agleildes Arichele Leal de Queirós
Carlos Leonardo Figueiredo Cunha
Cornelis Johannes van Stralen
Grazielle Custódio David
Isabela Soares Santos
Itamar Lages
João Henrique Araújo Virgens
Jullien Dábini Lacerda de Almeida
Lizaldo Andrade Maia
Maria Eneida de Almeida
Maria Lucia Frizon Rizzotto
Sergio Rossi Ribeiro

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Brasil, 4036 - sala 802 - Manguinhos
21040-361 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (21) 3882-9140 | 3882-9141 Fax.: (21) 2260-3782

O CEBES, há mais de 40 anos, luta por Democracia, Direitos Sociais e Saúde atuando na construção do ideário do direito universal à saúde que foi levado a 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986. Essa Conferência marcou um novo momento para a saúde e ganhou legitimidade como uma verdadeira constituinte popular da saúde que ainda hoje inspira o CEBES, especialmente neste momento de celebração dos 30 anos da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

O grave momento de crise política e institucional que vive o Brasil dos dias de hoje exige uma convocatória de luta e esperança dos anos 1980, expressa no pacto democrático popular da CF/88. A luta hoje é imprescindível para o enfrentamento da liquidação dos direitos sociais de cidadania, da soberania nacional e da democracia. Esse momento crítico de disputas entre um projeto civilizatório e a barbárie se insere em dois macrocontextos: o da crise sistêmica global do capitalismo financeiro e a crescente tensão entre capitalismo e democracia, e o macrocontexto do golpe de 2016 no Brasil.

Conjuntura internacional: a tensão entre capitalismo e a democracia

O processo de transição do capitalismo industrial para o financeiro nos últimos 40 anos promoveu uma crescente tensão entre

o capitalismo e a democracia. No momento, há uma radicalização dessa tensão que surge como o maior dos desafios mediante o contexto do *deficit* democrático expresso pelo processo global de desorganização das democracias sociais do pós-guerra.

As consequências do projeto capitalista neoliberal para a humanidade são devastadoras. O estudo da Oxfam publicado em 2018 mostra que o percentual da parcela da riqueza mundial, concentrada nas mãos do 1% mais rico da humanidade, cresceu de 44% em 2009 para 46% em 2014. A continuar esse processo de concentração, a projeção é de que o 1% dos mais ricos abarcará mais de 50% dos bens e patrimônios existentes no mundo e pode, em curto prazo, concentrar uma riqueza maior do que o resto dos 99% da população. No Brasil, a concentração de renda de 1% dos brasileiros no topo é a maior do mundo. Os 6 homens mais ricos do Brasil tinham, em 2017, a mesma riqueza do que os 50% mais pobres da população. Enquanto isso, o número de 16 milhões de brasileiros que viviam na pobreza, naquele ano, só vem crescendo.

O aumento das desigualdades reforça a diminuição do crescimento, pois trava as melhorias na produtividade e diminui a demanda. O baixo crescimento aumenta a desigualdade ao radicalizar o conflito distributivo. O endividamento crescente não detém a redução do crescimento e, por sua vez, constitui-se em mais um componente da desigualdade devido às mudanças estruturais associadas à financeirização da economia. Embora as crises sejam parte da história do capitalismo, a característica presente mostra um processo contínuo de decadências, um encadeamento de tendências de longo prazo que, ao fim, resulta em uma grave e profunda crise de natureza sistêmica.

As tentativas de regulação do setor financeiro pós-desastre de 2008 fracassaram, entretanto, este mesmo setor, causa do desastre,

recuperou-se completamente. Os governos, o dos Estados Unidos da América (EUA) em particular, continuam sob controle da indústria do “fazer dinheiro”, criada a partir do nada nos bancos centrais, alimentando um processo de acumulação e investimento na dívida pública. A emissão sem precedentes de dinheiro não conseguiu alavancar a economia nem o mercado de trabalho e vem produzindo um aumento estratosférico da desigualdade. Essa redistribuição oligárquica, com a riqueza sendo apropriada pelo 1 % mais rico, é um obstáculo gigantesco à democracia. Isso se expressa na perversa e usual retórica antidemocrática da crise fiscal que pretende atribuir ao excesso de democracia redistributiva o crescimento da dívida pública.

Na realidade, as políticas de austeridade que pretendem corrigir a suposta deterioração das finanças públicas têm implementado reformas que resultam na queda dos níveis de tributação e aprofundam o caráter cada vez mais regressivo dos impostos.

Mesmo desobrigados de prestar contas democraticamente pelos inúmeros mecanismos institucionais de proteção da interferência democrática, com a política econômica nas mãos dos bancos centrais independentes, as classes que dependem do lucro duvidam que a democracia, mesmo na versão castrada, mutilada e travada, permita “reformas estruturais”, para remodelar as sociedades segundo os imperativos do mercado. Entre as pessoas da elite, foram construídos um consenso e a convicção de que o capitalismo de mercado, expurgado da política democrática, será mais eficiente, virtuoso e responsável.

Sob essa perspectiva, o CEBES reafirma que o fim do capitalismo não ocorrerá por meio de um processo de desmantelamento crônico por razões endógenas, independentemente da ausência de uma força capaz de propor e acumular poder para reverter três

tendências destrutivas: queda de crescimento, igualdade e estabilidade financeira. Sem esse constrangimento social causado pela mobilização popular, o capitalismo pode seguir sendo permanentemente bem-sucedido, mas autossabotador como se padecesse de uma overdose de si mesmo.

A História registra que o crescimento do socialismo e o surgimento e fortalecimento do sindicalismo e dos movimentos sociais impuseram um freio à mercantilização do trabalho e das necessidades sociais, impedindo que o capitalismo destruísse totalmente os alicerces da sociedade. Esses valores e éticas de autoproteção da sociedade guardam um potencial importante e necessário para a mudança: o altruísmo, a confiança e a solidariedade entre grupos, famílias, gerações, gênero, raças, comunidades e sociedades.

Até 2012, não havia um estudo global do funcionamento da rede mundial de controle corporativo. O Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica selecionou 43 mil grupos mais importantes do Planeta para analisar, a partir de participações cruzadas e de fusões empresariais, como se dá o controle do conjunto. A conclusão impressionante é que 737 grupos controlam 80% do mundo corporativo. Destes, um núcleo de 147 grupos controla 40% do mundo corporativo, sendo 75% dessas instituições financeiras localizadas, em grande maioria, nos EUA.

As políticas de estabilidade adotadas pelos países centrais geram excessiva volatilidade nos fluxos de capital e nos preços de commodities, atingindo duramente os países pobres e em desenvolvimento. A América Latina adotou as chamadas políticas anticíclicas que foram responsáveis por importante crescimento econômico, associadas a políticas sociais de distribuição de renda. Essa opção por uma democracia social com redução das desigualdades tem sido duramente combatida por meio de sucessivos golpes, como os que

ocorreram no Brasil, no Paraguai e em Honduras. Em outros casos, esse combate vem por meio de fortes constrangimentos e sanções, como no caso da Venezuela.

Fora isso, assiste-se à escalada de conflitos armados voltados aos interesses da indústria bélica e à revelia da soberania dos países, cujas consequências humanitárias são dramáticas. Os organismos internacionais que deveriam zelar pela paz e defesa dos direitos humanos já não merecem crédito, pois são controlados por poucos países e acabam por reiterar ou maquiar atrocidades que servem aos interesses geopolíticos e de mercado dos países centrais.

O golpe de 2016 no Brasil e a acelerada e complexa conjuntura

O golpe de 2016 foi, mais uma vez, a repetição do padrão de comportamento da elite nacional do dinheiro. Essa elite de matriz escravocrata, mesmo sem a legitimidade do voto popular, recorre a medidas de exceção para impor suas estratégias e aspirações rejeitadas nas urnas, promovendo a liquidação dos direitos sociais, da soberania e da democracia.

A agenda antidemocrática imposta ao País, baseada no programa costurado entre as elites e apresentada pelo PMDB, *Uma Ponte para o Futuro*, aborta o incipiente processo de afirmação de políticas distributivas; viola as políticas sociais com medidas como a EC nº 95 que estabelece teto aos gastos públicos; propõe a contrarreforma da previdência; retira direitos dos trabalhadores ao destruir a CLT, universalizando a precarização radical do trabalho com a lei das terceirizações; ataca a soberania nacional com a venda de riquezas nacionais como o pré-sal; propõe e aplica a privatização generalizada da água e dos recursos hídricos e mananciais, a venda de terras a estrangeiros e a interdição do processo de reforma agrária.

O Programa ataca e destrói políticas que se ocupam de questões-chave relacionadas com três dimensões fundamentais da soberania nacional: alimentar, hídrica e energética.

Estima-se um retrocesso sem precedentes com a implementação da EC nº 95, a emenda constitucional do Teto dos Gastos Públicos, com congelamento por 20 anos dos orçamentos para as políticas públicas de saúde, educação e assistência social, sem qualquer sacrifício à destinação de recursos para o pagamento dos juros e serviços da dívida.

As medidas ultraliberais postas em prática pelo atual governo penalizam a população, geram desemprego, paralisam o País e têm impacto geracional. Essas políticas estão sendo observadas e criticadas até mesmo pelo FMI, que reconhece a sua ineficácia e as consequências sociais ocorridas em várias experiências similares no mundo. Entretanto, na devassa que ocorre aqui, nem mesmo as mudanças mínimas destinadas à redução da pobreza tiveram continuidade.

Apesar dos avanços em termos do desenvolvimento de políticas distributivas com claras evidências das repercussões na melhoria da qualidade de vida e saúde da população brasileira, observa-se, a partir de 2014, um quadro de ofensiva do sistema financeiro que intensificou, mais ainda, a drenagem de recursos das atividades produtivas para a especulação. O País apresentava, em dezembro de 2014, uma taxa de desemprego de 6,5%, ou seja, condição próxima ao pleno emprego. Contudo, os intermediários financeiros mantiveram um lucro na faixa de 20%. Essa distorção mostra que o trabalho da classe trabalhadora brasileira é desviado das atividades produtivas para as especulativas.

O golpe de 2016 significa a concretização do sonho ultraliberal que vinha sendo gestado desde os anos 1990 pela elite conservadora e retrógrada que sempre considerou insustentáveis as conquistas

democráticas e sociais presentes na CF/88. Para eles, que priorizam honrar o mercado e manter garantias para a sangria da dívida pública, os direitos sociais não cabem no orçamento nacional.

Os tempos desenham uma profunda mudança de época, esgarçamento de valores éticos, morais e políticos próprios de uma crise civilizatória. Os fundamentos de vida democrática, do pluralismo e da tolerância estão em ameaça no estado de exceção pós-golpe de 2016, com o desmonte da CF/88 e da soberania do voto popular.

A disputa que deve ser realizada no Brasil é assim, pois, de caráter civilizatório e deve abranger e assumir repercussão global por seu papel estratégico na geopolítica planetária. Os movimentos de criação do MERCOSUL, UNASUL, CELAC, BRICS constituíam a expressão de um mundo mais diverso e plural e confrontaram a hegemonia capitalista dos EUA.

O enfrentamento, mesmo insuficiente, da desigualdade social de caráter ancestral tocou em um ponto-chave da sociedade brasileira que é a persistência de uma cultura escravocrata, que não respeita o trabalho, o trabalhador e despreza o povo brasileiro, tal como afirmava com veemência Darcy Ribeiro. Nossa desigualdade tem continuidade direta com a escravidão, nunca assumida efetivamente e nunca criticada em sua persistência até os dias de hoje. Emerge do golpe a vigorosa presença, antes acanhada, de grupos da sociedade que explicitam seus valores e moralidades racistas, machistas, homofóbicos e de intolerância religiosa.

O golpe de 2016 é o pacto antipopular cultivado desde início do século XX pelas elites do dinheiro e do conhecimento após o processo do fim da escravidão e nascimento do capitalismo moderno. No Brasil atual, prospera uma sociedade sem culpa e remorso que humilha e mata os pobres.

O fio condutor do golpe de 2016 foi a articulação entre mí-

dia, braço da violência simbólica dos endinheirados, a facção mais conservadora e corporativa da casta jurídica e a elite financeira, impondo o deslocamento da agenda de enfrentamento das desigualdades para a agenda da moralidade anticorrupção. Ademais, foi favorecido pelo desgosto de parte da população com as medidas de arrocho implementadas pela política econômica a partir de 2015, como os cortes no gasto social e investimento público, impostas pelo Ministro Joaquim Levy do segundo governo Dilma.

O Brasil é mais uma peça do sistema do capitalismo financeiro profundamente corrompido, alimentando o processo de acumulação e concentração de capital por intermediários financeiros e comerciais. Os dados dos vários mecanismos de transferência de riqueza da sociedade para o capital financeiro mostram a magnitude dos recursos expropriados, que seriam suficientes para fomentar a economia real e ampliar os investimentos em políticas sociais distributivas para consolidar os direitos sociais e a cidadania. Não há economia e sociedade que resistam a essa sangria persistente.

A perplexidade e o choque provocados pelo golpe começam a ser superados; e cresce a convicção sobre a necessidade de ação. Muitos movimentos sociais vêm se organizando em torno de várias iniciativas para a retomada da democracia plena, dos direitos sociais e da soberania do País. Os exemplos da histórica greve geral de 28 de abril de 2017, do acampamento pela democracia em 10 de maio de 2017, da ocupação de Brasília em 24 de maio de 2017 constituem expressões de força instituinte do povo. Agora, com a prisão do ex-Presidente Lula, uma indignação se alastra e se reflete nos resultados das pesquisas de intenção de voto popular que desagradam à elite e aos artífices do golpe.

O espírito da luta por democracia de 1988, que foi responsável por uma onda de lutas por direitos após os anos sombrios da

ditadura militar, é inspirador e pode ser retomado. Para tanto, requer da sociedade uma consciência crítica que identifique e localize as causas, campos de interesse de classe social e a articulação do processo do golpe de 2016 com o macrocontexto do capitalismo financeiro global.

O golpe vem se desnudando, mostrando seus próprios conflitos de interesses, mas não pode ser subestimado. Embora a principal rede televisiva do país exiba o esgoto da corrupção diariamente e o associe aos governos de Lula e Dilma e ao PT, fica cada vez mais evidente para o povo que o propósito do golpe nunca foi a luta contra a corrupção. Está claro que o golpe colocou uma quadrilha no poder que, articulada aos demais Poderes, atuam para desmontar o Brasil e submeter o povo a uma concentração cada vez maior de riqueza e renda. Essa condição faz com que as próximas eleições fiquem sob suspense, inclusive há dúvida se elas ocorrerão.

A classe trabalhadora sente os sintomas da crise econômica e social que se agrava com a precarização do trabalho e com o aumento do desemprego. Algumas fragilidades políticas do governo começam a se manifestar, obrigando-o a retirar de pauta o projeto de contrarreforma da previdência. A mobilização popular impetrou uma derrota ao governo infringida pelos setores populares e progressistas.

A conjuntura mostra uma dinâmica acelerada, complexa e imprevisível na qual atores institucionais vão assumindo explicitamente seu papel no golpe, como é o caso do Poder Judiciário. O jogo está sendo jogado. É vitoriosa a narrativa de que foi golpe, que o objetivo é destruir as forças de esquerda, o que contribuiu fortemente para a unidade do campo democrático na prisão ilegal e arbitrária do Lula. Hoje está evidente a manipulação da mídia. O mundo hoje sabe e se manifesta contra o ataque seletivo do sistema de justiça e de segurança pública ao campo popular, como a conde-

nação de Lula sem crime comprovado ou as dezenas de assassinatos de lideranças populares que se acumulam a cada semana.

A eleição de 2018 constitui um ponto de inflexão importante para os desdobramentos, ou seja, para a retomada ativa da democracia no Brasil. Do lado democrático, cresce a defesa do plebiscito revogatório contra os crimes de lesa-pátria à soberania do Brasil. O Congresso do Povo convocado pela Frente Brasil Popular vem mobilizando o País em debates sobre o futuro. As candidaturas à esquerda mostram vigor e consistência, como na construção ampla da Plataforma Vamos. Os golpistas planejam institucionalizar o golpe e prosseguir sua agenda de retrocessos.

A pergunta que nos desafia é: há futuro para a democracia em um mundo dominado pelo capitalismo financeiro, pelo colonialismo e pelo patriarcado? Essa pergunta somente será respondida por meio do fortalecimento de outra hegemonia política que depende de nós, fortalecidos e inspirados pelo passado, com a consciência do nosso papel no presente para construir um futuro justo, democrático e sem nenhum direito a menos!

Sobre a Conjuntura Setorial

À medida que a democracia se alarga, sua articulação com a saúde fica mais evidente, o que requer permanente atualização. A luta do Cebes por saúde e por democracia envolve o combate aos diversos tipos de opressão, humilhação e exploração. No seu conceito ampliado, a saúde é resultado da construção de direitos e garantias conquistadas para a cidadania; sendo assim, é dependente da superação de toda e qualquer condição de oprimido/a, seja no âmbito individual, seja no âmbito coletivo.

A conquista da saúde que decorre de melhor qualidade de vida inclui eliminar as iniquidades e agir sobre os determinantes sociais,

econômicos e culturais que barram os avanços para melhorar as condições de saúde da população. A opressão e a exploração se manifestam nos diversos tipos de violência social, física, psíquica, dirigidas às crianças, mulheres, LGBTs, negros ou idosos, que são barreiras para a efetivação de uma real democracia.

A sociedade marcada historicamente pela divisão de classes, nas últimas décadas, padece das consequências da ideologia neoliberal. O capitalismo de hoje está subjugado aos interesses do capital financeiro e do rentismo, gerando acirramento das desigualdades e adoecimento da população. Grupos sociais estão subjugados à violência e exploração, enquanto outros, em situação de privilégio, operam como opressor e na apropriação do trabalho e da riqueza alheia. A violência se alastra e se diversifica nas suas múltiplas faces e modos. A banalização dos assassinatos por extermínio exhibe os limites da democracia para pobres, trabalhadores, mulheres, negros, favelados, povos indígenas, gays, lésbicas, travestis, pessoas em situação de rua, pessoas no campo em conflitos de terra, pessoas com deficiência, crianças, jovens e idosos.

Se considerarmos que a democracia não é possível em uma sociedade baseada em relações de intolerância, discriminação, opressão e exploração de uma classe pela outra, também não será possível ter “saúde para todos” enquanto sobreviverem tais práticas e valores. Da mesma forma, enquanto prevalecer o domínio dos interesses do mercado e do capital financeiro, não há direito respeitado nem vida que tenha valor.

O SUS, instituído há 30 anos, possibilitou cuidado à saúde de grande parte da população brasileira, mas desde seu início está constrangido por claros limites para a sua consolidação. Ao longo de sua existência e nos diferentes governos que detiveram o poder, ficaram cravadas no setor da saúde e no SUS as marcas neoliberais

exibidas no subfinanciamento e na desfavorável relação do setor público e privado. Os incentivos fiscais oferecidos ao setor privado de saúde e as vistas grossas na função regulatória contribuíram para um crescimento desenfreado que subverteu a orientação constitucional do caráter complementar para os serviços privados.

Sob essa perspectiva, outra marca importante é o processo de terceirização da gestão dos serviços públicos de saúde por meio de diversos modelos de gestão, como a Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Fundação Estatal de Direito Privado e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Agravando o cenário, a abertura para o capital estrangeiro na área da saúde, que a CF/88 restringia, trouxe ao País grandes empresas internacionais que hoje investem e atuam não ocupando lacunas, mas em atividades concorrentes aos serviços existentes, estabelecendo uma cadeia predatória baseada na exploração e no lucro.

O investimento na luta institucional, mesmo que importante, não foi suficiente para realizar as transformações para uma sociedade efetivamente democrática e justa. A dedicação do campo progressista da saúde à implementação do SUS contabilizou avanços, mas apresentou limites reais no enfrentamento aos interesses hegemônicos contrários às políticas universalistas e à maior presença do Estado na proteção social.

O projeto político das elites é fundamentalmente garantir os seus lucros e ganhos. Submerge nesse contexto o projeto de País e de sociedade pautado pela justiça, igualdade, socialização de serviços e bens sociais. A saúde tem perdido muito, não apenas porque se enfraquece e sufoca o SUS como também por afrouxar as rédeas para o setor privado e prestadoras de planos.

Os impactos do desfinanciamento progressivo que aguarda o

SUS começam a ser estimados, e as previsões não são boas. Não é possível desconhecer o que vem significando a expansão do acesso à saúde possibilitado pelo SUS. Contudo, ele é atacado pela grande mídia, criando no imaginário popular a ideia de que o SUS é um sistema ruim para pobres. Por isso o sonho da classe média é dispor de um plano de saúde. Com o caldo da cultura pronto, o governo apresenta a proposta dos planos acessíveis apoiando-se no argumento de reduzir a demanda do SUS e eliminar assim o direito universal. Visando à criação desses planos para a população ter acesso a um conjunto limitado de procedimentos, contando com o SUS para procedimentos especializados mais custosos, grupos como Livro Branco, Coalisão Saúde e outros propõem políticas favoráveis ao setor privado para ampliar lucros.

Há hoje no Governo e no Congresso Nacional uma franca intenção de mudanças desfavoráveis ao SUS concebido pela Constituição. No Congresso, é expressivo o número de parlamentares orientados nesse sentido, cujas campanhas foram financiadas pelas empresas privadas de planos de saúde. O Executivo, por sua vez, não tem sido tímido. A recente reformulação da Política Nacional de Atenção Básica distorce o modelo de atenção básica que vinha se consolidando com linha de financiamento assegurada, forte relação da equipe com a comunidade e papel central de agentes comunitários.

O esforço que vai se cumprindo é o de destruir qualquer noção incipiente de cidadania, direitos à saúde, ao fortalecer a ideia de que a saúde é uma mercadoria comprada por quem pode e que os serviços públicos, cada vez mais enfraquecidos, devam servir somente aos pobres. O universalismo e a integralidade se esvaem. Esse caminho transforma um sistema público e com amplas atribuições na promoção, vigilância e cuidados à saúde em um modelo centrado no fornecimento e produção de serviços e procedimentos

para tratar doenças, sem qualquer contribuição para incidir nos determinantes sociais, nas desigualdades, opressão e exploração na sociedade de classes.

A participação social na saúde e a defesa do direito à saúde não podem se limitar aos espaços instituídos de participação – conselhos e conferências –, mas deve entrar na pauta de todos os movimentos sociais e da sociedade em geral. Para o Cebes, o SUS deve estar centrado e focado nas necessidades da população, não apenas para dimensionar as suas necessidades de saúde e redes de serviços assistenciais com condições para oferecer um atendimento de qualidade, mas que seja um sistema comprometido com o combate às desigualdades, preconceitos e discriminação, promovendo o respeito e a inclusão.

Nesse espírito, o Cebes convoca à luta com a esperança que nutriu os anos 1980 e com as convicções e experiências trazidas pelas três décadas de implementação do SUS. Esta luta unitária necessária hoje é a defesa da soberania nacional, da democracia social e econômica com grandes mobilizações para confrontar a liquidação dos direitos sociais de cidadania. A unidade dessa luta requer gente, grupos, entidades, sindicatos e movimentos sociais. Para aprofundar as pautas amplas da determinação social da saúde, dos direitos sociais e das transformações que apontem por uma sociedade sem desigualdade e efetivamente mais justa, é preciso:

CEBES em Defesa da Democracia e Contra o Capitalismo

- Defender intransigentemente a democracia com permanente trabalho com a população para a ampliação da consciência crítica por direitos e justiça social, combatendo e revertendo as tendências destrutivas do capitalismo: queda de crescimento, igualdade e estabilidade financeira.

- Contribuir para eleger representantes para o Executivo e o Legislativo do campo democrático popular e outro modelo para o Estado privilegiando os interesses da população e a plena democracia.
- Lutar pela revogação das contrarreformas e retrocessos do Governo Temer: Contrarreforma Trabalhista, Terceirização Irrestrita e Emenda Constitucional 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal e congela por 20 anos os gastos públicos.
- Defender uma reforma fiscal que redistribua a carga tributária, como impostos, taxas e contribuições sociais, diminuindo os impostos sobre os mais pobres e sobre a classe média, como os impostos sobre consumo, e aumentando os impostos sobre os mais ricos, como impostos sobre lucros e dividendos, grandes fortunas e herança, a renda e as grandes propriedades, como já ocorre na maioria dos países mais ricos.
- Apoiar a realização da auditoria da dívida pública, identificando e evitando o desnecessário escoamento de recursos públicos para o setor financeiro.
- Defender a democratização e regulação da mídia.
- Integrar o debate crítico sobre o Sistema das Nações Unidas e dos organismos internacionais que deveriam prezar pela paz e defesa dos direitos humanos, e não obedecer aos países hegemônicos.
- Apoiar todas as iniciativas empreendidas pelos países latino-americanos que insurgiram ou tentam insurgir contra o capitalismo financeiro adotando políticas econômicas anticíclicas, ou seja, promovendo crescimento econômico importante, associados a políticas de distribuição de renda.
- Repudiar todos os golpes e manobras que vêm ocorrendo no Continente, contrários aos avanços democráticos e sociais,

como Brasil, Paraguai, Honduras e Venezuela.

- Manifestar firmemente contra todas as guerras, contra indústria bélica e contra a liberdade de porte de arma.

Caminhos para a luta do Cebes:

- Promover diálogos entre as entidades acadêmicas, sindicais e movimentos sociais, retomando a luta por Seguridade Social, políticas universalistas e de saúde.
- Promover formação política disseminando o pensamento crítico em saúde como base para a defesa da democracia e dos direitos sociais.
- Realizar atividades e lutas pelo direito à saúde nos bairros e comunidades, retomando o trabalho de base com a população das lutas populares pela saúde.
- Fortalecer e dinamizar os mecanismos de comunicação do Cebes, divulgando material para conselhos, conferências, movimentos sociais e o conjunto da sociedade.
- Realizar diálogo permanente com representantes do Legislativo com vistas à defesa do direito à saúde e do SUS.
- Conquistar espaços de representação do CEBES em conselhos, conferências e outras instâncias de ação política.
- Fortalecer o trabalho à atuação dos núcleos do Cebes nas intervenções locais e nacionais.
- Articular e fortalecer o Movimento Sanitário em defesa do direito universal à saúde e do SUS.

Bases e princípios da luta do Cebes por Democracia e Saúde:

- Lutar contra o capitalismo que produz as desigualdades e a exclusão social.

- Lutar por democracia, contra o fascismo e todas as formas de intolerância política.
- Repudiar e denunciar todas as formas de violência, incluindo a pena de morte, violência urbana, doméstica, de gênero, institucional e em saúde.
- Defender o pluralismo social, denunciando e repudiando o patriarcado, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia e o racismo.
- Defender a descriminalização das drogas.
- Defender a legalização do aborto e os direitos sexuais e reprodutivos.
- Defender e mobilizar por democracia, pelos direitos sociais, seguridade social e saúde.
- Resgatar o sistema de seguridade social definido pela Constituição, com ampliação de seu orçamento global, garantindo o investimento público e financiamento exclusivo da rede pública estatal de serviços, incluindo a saúde.
- Fim da aplicação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no orçamento da seguridade social e de suas derivadas estaduais e municipais.
- Contra a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde e pela revogação do artigo nº 142 da Lei nº 13.097/2015.
- Extinguir subsídios, isenções fiscais e perdão de multas para o setor privado, garantindo o fortalecimento do setor público como única estratégia capaz de romper com a necessidade de utilização de serviços particulares.
- Realizar um enfrentamento direto aos planos acessíveis e impedir mudanças legislativas que favoreçam as empresas desse setor.
- Extinguir processos de privatizações e terceirizações na saúde,

de maneira a fortalecer a administração direta existente para garantir o cuidado com a vida humana e romper com a lógica de tratar a saúde como mercadoria.

- Extinguir subsídios públicos a qualquer serviço do sistema privado de saúde (planos privados de saúde, “novos modelos de gestão”, Hospitais Filantrópicos, compra de serviços privados). Pela abolição de todos os chamados “Novos Modelos de Gestão” e pela revogação das Leis (federais, estaduais e municipais, conforme a situação) que deram origem às OS; às OSCIP; às Fundações Estatais de Direito Privado; à EBSEH e suas subsidiárias; aos Serviços Sociais Autônomos (SSA); e àquelas que permitem e/ou preveem as Parcerias Público-Privadas, como as Comunidades Terapêuticas e demais contratações de serviço.
- Defender o modelo de atenção que supere a perspectiva médico-privatista e baseado no cuidado humano e nos princípios da universalidade, igualdade, integralidade e autonomia.
- Defender Plano de Cargos e Salários para profissionais de saúde.
- Apoiar os ajustes na formação acadêmica dos profissionais de saúde aproximando às necessidades do SUS. Defender o SUS público com integralidade e qualidade, universal e público.

The first of these is the fact that the system is not in a steady state. The system is in a state of flux, and the variables are changing. This is a dynamic system, and the variables are interdependent. The second is the fact that the system is not in a steady state. The system is in a state of flux, and the variables are changing. This is a dynamic system, and the variables are interdependent. The third is the fact that the system is not in a steady state. The system is in a state of flux, and the variables are changing. This is a dynamic system, and the variables are interdependent.



cebes

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde

Filie-se ao CEBES.
Visite nosso site e participe dos debates:
<http://www.cebes.org.br>
Rio de Janeiro, julho de 2018